



INVISIBILIDADE, PERCALÇOS E NUANCES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA

INVISIBILITY, HAZARDS AND NUANCES OF FEMALE HOMOSEXUALITY

Marilene de Oliveira¹, Julia Bomfim Felipe dos Santos², Marta Calil Nascimento Ramos³, Thelma Mary Araújo de Oliveira⁴

Submetido em: 13/08/2021

e28647

Aprovado em: 23/09/2021

<https://doi.org/10.47820/recima21.v2i8.647>

RESUMO

O entendimento sobre o que é ser homem e mulher e os papéis atribuídos a cada ser conforme a estrutura biológica, definem os lugares na sociedade e marcam essas existências, de modo que influi sobre as concepções individuais e coletivas de ser e estar no mundo. Este trabalho busca refletir sobre o papel social da mulher construído a partir da representação de seu corpo e sexualidade, especificamente, a lesbianidade e seus atravessamentos. A lesbianidade é concebida e analisada dentro do crivo da relação heterossexual, que ainda regula e reflete os pensamentos, comportamentos e vivências das lésbicas, como também das pessoas que as cercam. Interpretações que geralmente tendem a deslegitimar tais relações, ao mesmo tempo em que espetacularizam e fetichizam os corpos, o sexo e o prazer lésbico. Contudo, diversas mobilizações pessoais e sociais ao longo do tempo têm forjado novas perspectivas sobre a homossexualidade feminina gerando transformações nas formas de entender e vivenciá-la.

PALAVRAS-CHAVE: Lesbianidade. (In)visibilidade. Mobilizações sociais

ABSTRACT

The understanding of what it is to be a man and a woman and the roles assigned to each being according to the biological structure, define places in society and mark these existences, in such a way that it influences individual and collective conceptions of being and being in the world. This work seeks to reflect on the social role of women constructed from the representation of their body and sexuality, specifically, lesbianism and its crossings. Lesbianity is conceived and analyzed within the sieve of the heterosexual relationship, which still regulates and reflects the thoughts, behaviors and experiences of lesbians, as well as the people around them. Interpretations that generally tend to delegitimize such relationships, while speculating and fetishizing bodies, sex and lesbian pleasure. However, several personal and social mobilizations over time have forged new perspectives on female homosexuality, generating changes in the ways of understanding and experiencing it.

KEYWORDS: *Lesbianity. Invisibility. Social mobilizations.*

INTRODUÇÃO

As relações humanas ao longo da história desenvolveram-se sobre dinâmicas de dominação e controle das vidas e dos corpos humanos, processo este que se articula e se estrutura por meio das dimensões culturais, sociais, econômicas e subjetivas entre outras que estão intimamente implicadas na construção da existência. Com base nas reflexões de Michel Foucault (1988) sobre os diversos olhares e relações historicamente constituídas a partir da sexualidade humana, busca-se, neste artigo, discuti-la

¹ Universidade Católica de Petrópolis

² Universidade Católica de Petrópolis. Instituto TCCAssit - FASAP

³ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

⁴ Universidade Estácio



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INVISIBILIDADE, PERCALÇOS E NUANCES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA
Marilene de Oliveira, Julia Bomfim Felipe dos Santos, Marta Calli Nascimento Ramos, Thelma Mary Araújo de Oliveira

como dispositivo de controle e administração da vida coletiva e individual, inserindo, como elemento destacado, a análise da homossexualidade feminina.

Concebendo a sexualidade como instância de regulação e organização da sociedade que define e dita comportamentos e representações em relação ao sujeito conforme seu órgão sexual, ao mesmo tempo em que emana discursos normatizadores de um modo que autoriza a existência de determinadas configurações de relacionamentos íntimos, consequentemente anulando e deslegitimando outros. Quanto à mulher, esta que se encontra inserida em um sistema de constante negação de sua sexualidade e existência, a partir do qual lhe são atribuídos e naturalizados papéis de subserviência, transformando-a em objeto de gratificação e propriedade masculina.

Adota-se a heterossexualidade como base de análise e julgamento frente às outras expressões sexuais, deste modo, utiliza-a como ferramenta de avaliação e interpretação das relações homoafetivas femininas. Processos de invalidação social da lesbianidade, e que ecoam por diversos meios, inclusive a mídia, isto no que se refere à contribuição na reafirmação de estereótipos e difusão de conteúdos que espetaculizam o corpo e o sexo lésbico. Assim, soma-se com tantas outras violências e as muitas estratégias de apagamento dessas existências, configurando-se como instrumento de afirmação e sustentação do modelo falocêntrico.

Contudo, apesar das limitações e opressões vigentes em determinadas épocas, diversos movimentos foram travados ao longo da história, como do grupo LGBT e o próprio movimento feminista, em busca por direitos e melhores condições de vida das mulheres, contestando a imposição de papéis de passividade e subserviência. Todavia, estes mesmos movimentos em dados momentos históricos dedicaram pouco apoio às lutas e pautas das mulheres lésbicas.

Aos poucos, movimentos de resistência e luta lésbica, no Brasil, abriram espaços de discussão para pontos importantes do grupo, promovendo reavaliações das condições de vida destas mulheres. Entre outras mobilizações com importante impacto e influência sobre o coletivo, enfatiza-se a organização em 1996 do 1º Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), marcado como importante dia de reconhecimento e luta em defesa do direito das mulheres homossexuais.

Entretanto, dificuldades ainda persistem no que se refere ao acesso aos serviços de saúde pelo público lésbico, contexto em que persiste visões heteronormativas, preconceituosas e que geram pouca comodidade e abertura das mulheres para abordar com profissionais a respeito das diversas questões sociais e pessoais que decorrem da orientação sexual. Sobretudo em relação aos serviços públicos, esta condição vai desestimulando ainda mais a participação ativa das lésbicas no planejamento e execução de políticas de atenção e cuidados à saúde, gerando esquecimento e apagamento das suas questões existenciais que, consequentemente, tendem a acarretar sequelas em diferentes esferas da vida da mulher lésbica. Apesar dos avanços e conquistas logradas, a relutante invisibilidade lésbica, em diversas esferas da vida, faz com que direitos sejam negados, implicando na ineficácia e até inexistência de políticas públicas que atendam a esse grupo em suas especificidades.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INVISIBILIDADE, PERCALÇOS E NUANCES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA
Marilene de Oliveira, Julia Bomfim Felipe dos Santos, Marta Calli Nascimento Ramos, Thelma Mary Araújo de Oliveira

DEFINIDAS PELO SEXO

As representações sustentadas e recriadas sobre a sexualidade ao longo da história implicaram significativamente nas formas de vivenciá-la, intervindo e conduzindo as relações humanas. Existem registros que apontam a vivência da homossexualidade masculina tanto no Império Romano – onde era chamada de sodomia - quanto na Grécia - denominado de pederastia – lá foi vista como prática necessária para a constituição do indivíduo, ressaltando seu uso na educação e desenvolvimento da masculinidade dos jovens. No entanto, apenas o polo ativo era aceito, no qual estava ligeiramente associado à masculinidade, enquanto o polo passivo da relação era associado à “falta de masculinidade” e tudo que a ela era atribuído, colocando também nestes papéis submissos e de pouca importância mulheres e escravos. A heterossexualidade nestes contextos detinha pouca atenção e eram vistas com finalidades meramente reprodutivas (DIETER, 2012).

Sistemas socioculturais da antiguidade organizavam, regulavam e hierarquizavam as relações afetivo/sexuais com base na concepção de dominação do homem. Tais representações ilustravam a perspectiva mais positiva da homossexualidade masculina apenas em seu polo ativo, ressaltando a distância do seu contrário, devido a sua aproximação ao que é feminino e ligado a escravos (os), compreendendo estes a ideias de seres vulneráveis, débeis e inferiores (DIETER, 2012).

Já no Brasil, entre a população indígena, a homossexualidade sofreu pequenas alterações conforme o conjunto de crenças e valores, mas já foi aceita em tais ambientes. Esta percepção foi sendo modificada com a introdução maciça da moral judaico-cristã ao longo do tempo criando a noção binária e normativa homem-mulher “[...] calcado numa diferenciação entre papéis femininos e masculinos, sendo o feminino subjugado” (REIMOL, 2016, p. 15). Descartando qualquer possibilidade de relação fora dessa referência, assim como, qualquer comportamento de caráter sexual que (transgrida) transgredisse as expectativas de reprodução, castidade e fidelidade ao parceiro, enfatizando aqui o peso e responsabilidade desse ideário social, principalmente sobre as mulheres.

Consideradas inferiores e incapazes de lidar na pólis, pouco se falava da mulher e de suas experiências de vida, sobretudo das suas relações afetivo/sexuais. Defronte a isso, concorre-se a noção daquilo que não se comenta, conseqüentemente, não existe, “Logo, se percebe a tênue linha que separa o existido e o dito, ou seja, uma experiência toma existência apenas quando narrada, escrita, arquivada” (CARVALHO; CALDERARO; SOUZA, 2013, p. 115).

Segundo Foucault (1988, p. 13), “Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril.”, assim, “[...]a repressão foi, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade, [...]” (FOUCAULT, 1988, p. 11). Assim, a pessoa que socialmente era vista (o) com qualificação para falar sobre o sexo assumia o posto de detentor e difusor da “verdade”, produzindo discursos sobre a temática que imperavam. Neste sentido, o que era expresso sobre a sexualidade feminina encontrava-se encerrada em normas socioculturais de papéis e funções restritivas e pautadas em interdições da vida da mulher que era, majoritariamente, escrita e regulada dentro de convicções masculinas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INVISIBILIDADE, PERCALÇOS E NUANCES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA
Marilene de Oliveira, Julia Bomfim Felipe dos Santos, Marta Calil Nascimento Ramos, Thelma Mary Araújo de Oliveira

Segundo Foucault (1988), mediante o procedimento que legitima o que deve ser dito, por quem e para quem, e em quais circunstâncias, assim introduz-se algumas alterações que podem ser observadas na composição do discurso sobre a sexualidade. Como aponta o autor “[...] por volta do século XVIII nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo” (FOUCAULT, 1988, p. 26). Todavia, não se tratava de reprimir, e sim de instituir um modelo natural e único de expressão sexual, tratava-se da normalização da heterossexualidade.

No século XIX até então, as relações homoafetivas que eram concebidas como pecado passaram a ser encaradas como patologia, especificamente uma doença mental, e que por sua vez, demandam por intervenções “Todos os tratamentos deveriam estar sob os cuidados de um especialista – o médico psiquiatra – cujo objetivo final seria proporcionar a cura ao degenerado” (OLIVEIRA, 2015, p. 9). Como dito por Foucault, neste plano discursivo a sexualidade se inscreve sobre a tríade poder-saber-prazer, tendendo a:

[...] levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o "fato discursivo" global, a "colocação do sexo em discurso". Daí decorre também o fato de que o ponto importante será saber sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas. Que caminhos lhe permitem atingir as formas raras ou quase imperceptíveis do desejo, de que maneira o poder penetra e controla o prazer cotidiano — tudo isso com efeitos que podem ser de recusa, bloqueio, desqualificação, mas também, de incitação, de intensificação, em suma, as "técnicas polimorfos do poder". (FOUCAULT, 1988, p. 16).

Estes discursos, difundidos por meio da contínua interação do ser com toda a sociedade, onde muitos destes valores e crenças são (re)construídos e perpetuados no imaginário coletivo, trazendo diretrizes para condutas esperadas de grupos e indivíduos dentro das relações interpessoais, ao mesmo tempo em que tendem a influir sobre seus modos de ser e estar-no-mundo (BORIS; CESÍDIO, 2017).

Com isso, “a sociedade desenvolve hierarquias e determina os lugares sociais que cada gênero ocupa” (REIMOL, 2016, p. 31) a genitália passa a definir sua existência, o modelo de conduta, expectativas sociais e pessoais, a forma de falar, pensar e expressar, e até em dimensão temporal e espacial os trajetos e lugares vivenciados e qual momento mais adequado. Nesse aspecto, a sexualidade é gerenciada, “O sexo não se julga apenas, administra-se” (FOUCAULT, 1988, p. 27). Encontrava-se a necessidade de se estabelecer controle sobre o sexo fora das estratégias de censuras e proibições, tomando formas mais sutis para adequação social.

As concepções sobre a sexualidade e o corpo geraram diversos modelos de atitudes e comportamentos que se articulam com toda a conjuntura social, política, econômica e psíquica ao longo dos tempos interferindo na organização e formação de funções sociais com base, especificamente, no órgão sexual, “a biologia e o corpo são espaços onde seriam naturalizadas as dominações que advém das desigualdades entre os sexos” (REIMOL, 2016, p. 20).

Deste modo, passa-se a refletir sobre o papel da mulher na sociedade e as representações criadas a partir das suas relações afetivo-sexuais. A mulher por muito tempo manteve-se sobre um conjunto de condições limítrofes, silenciadoras, de inferiorização e exclusão, tendo sua existência submetida a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INVISIBILIDADE, PERCALÇOS E NUANCES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA
Marilene de Oliveira, Julia Bomfim Felipe dos Santos, Marta Calli Nascimento Ramos, Thelma Mary Araújo de Oliveira

interesses masculinos, com funções e possibilidades restritas que em suma eram orientadas para a satisfação da necessidade do outro - o homem - enquanto aprisiona seus anseios e aspirações, anulando a si mesma. Encaminhadas desde a infância para um pensamento hegemônico de exaltação do sexo oposto em contraponto da autodesvalorização, estava sujeita ao espaço privado e excluída da participação social. Tendo suas vozes e existências apagadas, eram orientadas aos trabalhos domésticos, procriação e gratificação do marido.

A distinção biológica entre os sexos era uma justificativa para definir a maneira pela qual os sujeitos deveriam exercer seu gênero e sua sexualidade. Ao nascer macho deveria se exercer sua masculinidade, virilidade e dominação sobre os mais “fracos” e o ao nascer fêmea deveria ser submissa e não questionar a dominação, muitas vezes naturalizada e consentida, simbolicamente, sem a percepção deste processo (FERREIRA; GONÇALVES, 2013, p. 3).

A SEXUALIDADE FEMININA E SEUS DESDOBRAMENTOS

No tocante a sexualidade feminina, sempre se mostrou invisível e pouco discutida no decorrer da história “A mulher era dedicada a um homem e a um lar único, mas o homem tinha ‘natureza’ poligâmica, [...]” (BORIS; CESÍDIO, 2007, p. 457). Quanto a homossexualidade da mulher, essa era tão malvista quanto a masculina, porém era tida como mais branda devido à pouca valorização da mulher e o entendimento de relações sexuais entre estas como condutas desregradas em relação aos prazeres sexuais (DIETER, 2012).

Compreensões feitas a partir do modelo falocêntrico e heteronormativo que lançam perspectivas e definições de papéis sociais e sexuais, desenvolve-se igualmente a explicação das diversas formas de expressões sexuais de homens e de mulheres. A heterossexualidade compulsória implica na construção de um plano de atribuição primária e legítima apenas as relações heterossexuais, noção que implica sobre o entendimento e a vivência de outras expressões da sexualidade, como da homossexualidade feminina, como apontado por Toledo e Filho (2010, p. 730) “O estudo sobre a lesbianidades não foge dessa lógica de explicação causal, e ainda tem um referencial androcêntrico e heteronormativo.”

Destarte, atenta-se para a criação de diversos discursos de esclarecimento afirmando variados fatores tidos como causadores da lesbianidade, sendo possível perceber os estereótipos cultivados coletivamente da imagem das mulheres lésbicas como uma tentativa de serem homens – “machonas” -, como resposta a um trauma, normalmente de âmbito sexual sofrido em qualquer fase da vida, propondo também ser devido à frustrações nas relações com homens, restando as piadas depreciativas “virou lésbica porque não foi ‘comida’ direito”, “se me der uma chance te faço mulher rapidinho” dentre outros comentários. Como mostra em escritos do final do século XVI, de Pierre Bourdeille:

Algumas mulheres preferiam umas às outras para não engravidar e não perder a honra ou a virgindade. Outras eram mulheres que usavam outras para não perder a arte de fazer amor com homens, porque esse exercício não passava de uma aprendizagem para alcançar o amor maior dos homens. E o que elas conseguiam de outras mulheres eram apenas estímulos para irem se satisfazer com homens. Diante disso, as relações sexuais entre mulheres poderiam ter apenas um objetivo, aprimorar e glorificar o sexo de verdade, isto é, o sexo com um homem. Essa é uma das razões pelas quais alguns homens daquela época podiam ignorar os atos sexuais entre mulheres sem correr riscos. Para



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INVISIBILIDADE, PERCALÇOS E NUANCES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA
Marilene de Oliveira, Julia Bomfim Felipe dos Santos, Marta Calil Nascimento Ramos, Thelma Mary Araújo de Oliveira

muitos homens daquele tempo, a atração entre mulheres não deveria ser levada a sério (NAPOLITANO, 2004, p. 9 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 6).

Observando que “todas as ‘explicações’ para as lesbianidades se pautam na figura do homem, e não no autêntico desejo afetivo-sexual de uma mulher por outra” (TOLEDO; FILHO 2010, p. 731), argumentos que insistem em desconsiderar a possibilidade de relações homoafetivas entre mulheres motivada puramente pelo desejo e atração de uma pela outra, exprimem o descrédito depositado sobre a figura feminina, noção que se anexa a ideia de controle e submissão ao homem ao qual a mulher e seu corpo ainda estão submetidos.

Deste modo, sobre o corpo e a sexualidade feminina foi e ainda se perpetua um processo de esvaziamento de vontades, prazer e aspirações, “[...] cabe ao corpo ‘feminizado’ o lugar da violação. Tal corpo pode ser o da mulher, mas também pode ser o do homem, desde que submetido a uma re-simbolização que o dote com sentido feminino” (GREGORI, 2003, p. 100). Desvalorização e submissão que se desenvolve juntamente com mecanismo que torna esse mesmo corpo em objeto de gratificação sexual para e do homem (BORIS; CESÍDIO, 2007).

Entretanto, “[...] junto a esse conjunto de forças que visam à manutenção da heteronormatividade, há lutas que operam em oposição a esse *habitus*” (VALADÃO; GOMES, 2011, p. 1459). Quanto as expressões afetivo-sexuais, aquelas que não se enquadravam à norma eram perseguidas e excluídas do convívio social, com isso, como aponta Neto e Bicalho (2017, p. 252) “com relação à discriminação social, gays e lésbicas têm em comum o questionamento à norma heterossexual.”

E em resposta a essas e outras questões surgiram movimentos em diversas partes do mundo, ganhando força com grande notabilidade o feminismo nos séculos XIX na luta e reivindicação por igualdade de direitos, emancipação da mulher, em suma, criticando e colocando em questionamento o modelo patriarcal e machista vigente, tendo diversos estudos voltados para o aprofundamento sobre as nuances das questões sexuais e de gênero e os processos de hierarquização e estruturação da relação entre homens e mulheres. Movimentos de resistência na luta por direitos, respeito e igualdade podendo fazer menção do ocorrido no dia 28 de junho de 1969 na cidade de Nova York que deu início ao movimento LGBT, o que atualmente é denominado como “Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+”. Sendo denominado assim para ressaltar a importância de dar visibilidade às outras formas de expressões sexuais existentes, portanto considerada como equivocada ao mencionar apenas como “Dia do Orgulho gay”.

Somando-se a isso o movimento de despatologização da homossexualidade, que até então era encarada como doença, insurgem e a põe como condição inerente a espécie humana. Sendo retirado, em 1974, da lista de doenças mentais da APA – Associação Americana de Psiquiatria e só em 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS), retira da lista de Classificação Internacional de Doenças reconhecendo-a assim como, a heterossexualidade como expressão da sexualidade humana. Observa-se com isso importantes mudanças, inclusive na própria nomenclatura que antes recebia o sufixo “ismo” que correspondia a enfermidade, passou a ser relacionado como a um modo de ser, de existir alterando para o sufixo “dade” (DIETER, 2012).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INVISIBILIDADE, PERCALÇOS E NUANCES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA
Marilene de Oliveira, Julia Bomfim Felipe dos Santos, Marta Calli Nascimento Ramos, Thelma Mary Araújo de Oliveira

A luta das mulheres lésbicas contra a invisibilidade, opressão e pela formação da identidade pessoal, social e sexual são aspectos marcantes de diversos movimentos gerados durante toda história, obtendo menor ou maior amplitude, mas com significativo reflexo social.

Em meio à Ditadura militar no Brasil – dos anos 1964 a 1985, e diante de constante opressão e retrocesso, algumas mobilizações se destacaram dentro do então contexto brasileiro. Durante esse período pessoas que se destoavam da norma sexual estabelecida eram alvos de perseguições, violências, discriminação, detenções e outras maneiras de cerceamento da existência, sendo frequentemente vistas as diferentes formas de expressões sexuais como atos de atentado a ordem pública. Condutas definidas e orientadas por medidas legislativas da época deram às instituições de caráter punitivo, de fiscalização e de tratamento o encargo da patologização, normatização e limpeza social (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, 2019).

Em outra medida, durante a ditadura a imprensa brasileira se utilizava do campo social das mídias para a divulgação de matérias que retratavam de forma “exótica” e pouco representativa do grupo – através de figuras carnavalescas, também com conteúdo pejorativo da população LGBT, apresentando em suas manchetes estas pessoas como criminosos e/ ou vítimas dos atos violentos. Buscava-se a todo custo enfatizar o grupo do qual pertencia de forma que reforçava os estigmas associados. Não obstante, é neste mesmo viés e utilizando-se das mídias alternativas, mesmo com todas as limitações impostas pelo contexto, que o movimento LGBT encontrou um caminho para romper o tabu e pôr em discussão a sexualidade e suas expressões (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, 2019).

Dentro desse contexto, com poucos canais e espaços para mobilizações e imerso em violento posicionamento do estado, o grupo LGBT no Brasil era ao mesmo tempo inspirado pelas lutas internacionais de mesma natureza e também com vertentes e reflexões voltadas para a sexualidade e gênero. Nota-se, em 1970, o fortalecimento e o aparecimento gradual da população LGBT+, fortalecendo o processo de constituição da identidade e na definição de pautas para luta. “Aos poucos, a estigmatização deu lugar ao orgulho, ainda que com nuances e ritmos distintos nas diferentes partes do mundo. No Brasil, a Parada do Orgulho LGBTQIA+ é atualmente um dos maiores eventos públicos e manifestação de rua no Brasil” (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, 2019).

Debates políticos começaram a ser promovidos no campo social por meio de publicações em jornais. O periódico *Lampião da Esquina* surge em 1978, primeira revista brasileira feita por homossexuais, abordando questões voltadas para esse público, além de se associar às lutas promovidas por outros grupos minoritários. Neste mesmo ano cria-se o Grupo SOMOS – Grupo de afirmação Homossexual, ativo entre os anos de 1978 e 1980, precursor do movimento LGBT no Brasil, no entanto formado majoritariamente por homens gays (FERNANDES, 2018; INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, 2019).

A pouca visibilidade das mulheres lésbicas, o machismo e a discriminação dentro do próprio grupo promoveram a divisão do grupo SOMOS, e em 1981 foi criado pelas mulheres lésbicas o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF). Mobilizadas para a construção de um veículo capaz de transmitir as questões da homossexualidade feminina, desenvolve no mesmo ano o boletim *Chanacomchana*, tendo distribuição em âmbito nacional e parando de circular no ano de 1987 (FERNANDES, 2018).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INVISIBILIDADE, PERCALÇOS E NUANCES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA
Marilene de Oliveira, Julia Bomfim Felipe dos Santos, Marta Calli Nascimento Ramos, Thelma Mary Araújo de Oliveira

O grupo, mesmo atuando junto a outros movimentos com causas tão próximas, recebia pouco apoio destes para suas questões. Assim, mais uma vez, em busca de novos espaços de discussão e criação de estratégias de combate às ideologias vigentes, o Grupo de Ação Lésbica Feminista busca colocar as questões lésbicas em pauta e proporcionar a reconstrução da identidade lésbica (FERNANDES, 2018; INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, 2019).

Desenvolvem, no dia 29 de agosto de 1996, o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), no Rio de Janeiro, evento que renovou o campo de organização e luta das lésbicas no Brasil possibilitando um local de discussão e reflexão exclusivo para este público. Desde então, foi instituído o dia de realização do evento como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (SENALE, 2014). Estes e outros movimentos sociais que se processam mundialmente acarretaram importantes impactos na conquista e ratificação de direitos das mulheres lésbicas em diversas vertentes.

Frisando também em relação a importantes avanços em questões associadas à saúde das mulheres lésbicas, destacando-se a IV Conferências da Mulher, que ocorreu em Beijing – China, em 1995, onde se colocou a problematização sobre os aspectos da sexualidade feminina, como o prazer a orientação e emancipação sexual (CARVALHO; CALDERARO; SOUZA, 2013).

Um dos principais resultados de Beijing foi o avanço obtido em relação à sexualidade e ao sexo, com a introdução dos direitos sexuais como parte dos direitos humanos e o reconhecimento da mulher como ser sexual, desvinculada estritamente da reprodução, sendo garantida a liberdade de expressar sua sexualidade (CARVALHO; CALDERARO; SOUZA, 2013, p. 117).

Diante disso, embora os avanços existam dentro dos movimentos de emancipação, movimento feminista e LGBT, a invisibilidade e deslegitimação das mulheres lésbicas ainda persiste. Assim, enquanto em um movimento a discussão sobre a sexualidade e demandas das mulheres lésbicas não eram compreendidas como pauta de reivindicação, em outro a homossexualidade masculina era mais exaltada em detrimento de outras. Nessa perspectiva, a homossexualidade masculina em relação a feminina, notoriamente nestes e em outros contextos, independente da interpretação que lhe era/ é adjudicada recebia maior ênfase, visibilidade social e até dependendo do momento histórico era vista positivamente. Com isso, na escala de poderes o ser mulher e todas suas questões se encontra no último lugar, pois mesmo diante da discriminação contra homens homossexuais a identidade deles ainda é notada (FERREIRA; GONÇALVES, 2013).

Inserido em um contexto que exige por parte da mulher resistência e luta, "o significado do seu corpo e da subjetividade feminina também acompanhou o processo de transformações sociais e históricas pelas quais passou a cultura ocidental" (BORIS; CESÍDIO, 2007, p. 461). Isso de tal forma implica na (re)construção subjetiva da realidade, de si mesmo, do outra (o) e da sexualidade, já que "o exercício da sexualidade interfere no movimento identitário" (FLAUSINO, 2002, p.2).

Dessa forma, no período de vigência do sistema patriarcal, a luta das mulheres não se voltou somente para a igualdade de direitos, mas, também, para a libertação do sofrimento psíquico devido à sua marginalização na sociedade, incluindo seu corpo e seus desejos (BORIS; CESÍDIO, 2007, p. 460).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INVISIBILIDADE, PERCALÇOS E NUANCES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA
Marilene de Oliveira, Julia Bomfim Felipe dos Santos, Marta Calli Nascimento Ramos, Thelma Mary Araújo de Oliveira

Porém, mesmo com estas e outras mobilizações de amplo impacto social observa-se o insistente ideal silenciador e de anulação do feminino, seja com atitudes e discursos de inferiorização e subjugação da “condição de ser mulher”. Noção que se acentua ainda mais na mulher lésbica e que se configura como mais um critério para discriminação, condição da qual se agrava conforme a presença de outros caracteres, como étnico-raciais, classe econômica, status social etc.

Nessa concepção, as relações lésbicas são macro e psiquicamente produzidas dentro da dinâmica binária heterossexual, no qual a representação social das práticas homoeróticas femininas está dentro de um ideário de fetichização e subordinação sexual aos desejos masculinos. Com isso, “O exercício da sexualidade entre corpos do mesmo sexo tem preponderância entre mulheres e seu sentido ainda corresponde a uma mesma lógica: torna-se prática aceita e estimulante de um certo desejo *voyer* masculino (GREGORI, 2003, p. 109).

Como apontado pelo relatório estatístico de acessos realizadas 2017, organizado pelo Pornhub – um dos maiores sites de pornografia do mundo, expõe que em três anos consecutivos, de 2015 a 2017, o sexo lésbico foi o de maior procura dentre outras categorias. Levando-se em conta que a indústria pornográfica está orientada, principalmente aos homens e redesenha imageticamente na fantasia sexual desse público, reforçando pseudo-representação e tornando a relação lésbica instrumento de prazer dos homens.

Funciona como mecanismo difusor e de reafirmação das ideologias opressoras, esta condição, pois afirmar a mulher lésbica no submundo da objetificação do seu corpo e da sua sexualidade. “[...] a pornografia produz uma realidade sobre essas mulheres que é internalizada no imaginário social” (LIMA; OLIVEIRA; ROCHA, 2017):

[...] a pornografia implica a contestação de modos habituais e sancionados de sexualidade e, mais importante, um modelo no qual a diferença sexual está baseada na incomensurabilidade e complementariedade entre, de um lado, o corpo que deseja e, de outro, o corpo que vai se constituindo como objeto do desejo. Resta enfatizar que o primeiro está configurado – guardadas variações e arranjos simbólicos diversificados – dentro de um conjunto de sinais que demarcam simbolicamente o masculino e o corpo que se posiciona como objeto do desejo por um conjunto de sinais que demarcam simbolicamente o feminino (GREGORI, 2013, p.109).

Segundo Flausino (2002, p. 6), “as representações do feminino na mídia tentam regular a conduta sexual, definem o certo e o errado, o desviante e o inusitado.” Nisso, aponta a mídia como produtora da instância sociocultural atua na integração, reprodução e reelaboração das realidades sociais em sua difusão pelo âmbito social gerenciar e regular personificações sobre a mulher e sua sexualidade, operando como mais uma ferramenta no agenciando e formação de condutas e posicionamentos sociais (FLAUSINO, 2002; LIMA, OLIVEIRA; ROCHA, 2017).

Observando-se um processo indesejável de visibilidade, pois este se processa de maneira puramente sexual e não representativa do grupo, nota-se paralelo e conseqüente dessa pseudo-visibilidade, (notam-se) ainda a luta contra a invisibilidade da mulher frente ao não reconhecimento desta como ser, colocando-a em uma condição inferior e desconsideração em diversos aspectos de seus



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INVISIBILIDADE, PERCALÇOS E NUANCES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA
Marilene de Oliveira, Julia Bomfim Felipe dos Santos, Marta Calil Nascimento Ramos, Thelma Mary Araújo de Oliveira

desejos, vontades sociais, pessoais, sexuais etc., o que se consolida em mais um processo de anulação de sua existência.

Em análise da dimensão midiática, a visibilidade lésbica se mostra geralmente sobre o ideal de conservação do padrão de feminilidade que atua na propagação de modelos estereotipados da existência lésbica. Mesmo quando esta é “aceita”, recebe cláusulas específicas de ação e vivência, estabelecendo um estereótipo adequado e admissível para a lesbianidade como o mais próximo possível do estereótipo de “ser mulher”. A feminilidade assume também papel de regulação, normatização e universalização. Age como segundo instrumento de dominação, e mesmo diante das dificuldades de afirmação social da existência lésbica, esta quando ocorre fica sujeita a um padrão socialmente construído do modo de ser e mulher, agora de ser mulher lésbica.

Essas representações com variadas tonalidades que confluem no espaço midiático e social em diferentes momentos históricos, trabalham cooperativamente na reprodução de discursos e pensamentos que ajudam a modelar as relações, de tal forma que engendram consequências concretas por meio da perpetuação de preconceito e violência. Segundo o Relatório sobre Violências Homofóbicas no Brasil, em 2012, foram registradas 3.084 denúncias, sendo 9.982 cometidas à população LGBT, considerando a presença de mais de uma violação em uma mesma denúncia, média de 3,23 violações sofridas por cada vítima. E dentre estas, pouco mais de 37% das vítimas se declararam como lésbicas. Observando-se um aumento de 166% de denúncias e 46% de violações entre os anos 2011 e 2012.

De acordo com o Relatório LGBT Fóbicos, constata-se a notificação de 123 casos de violência a mulheres lésbicas no ano de 2016, apresentando a discriminação (37,6%) violência psicológica (15,2%) e física (14,4%) como os tipos de violação com maior ocorrência, possuindo a maior parte das vítimas idade entre 18 e 24 anos (35%) e entre 25 e 30 anos (30%). Dos registros dos crimes de lesbofobia 51,3% dos autores eram homens.

[...] a violência que a mulher sofre está no seu dia a dia, incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da nossa sociedade, [...] cuja imagem se transformou em um objeto tão vendável quanto qualquer outro produto de consumo, com o corpo explorado através da mídia, além de servir às leis imperativas do comércio e do turismo sexual (SILVA, 2010 p. 560).

Opressão e agressões que se conceituam na lesbofobia, esta que assume diversas formas de concretização, desde comportamentos e discursos de humilhação da orientação sexual feminina e transparece também nos inumeráveis assédios sofridos, comentários e piadas sexuais invasivas e desrespeitosas, e os insistentes avanços físicos e sexuais.

Assim sendo, “a heterossexualidade compulsória ainda se faz presente na atualidade, oprimindo-as de formas claras e sutis” (TOLEDO; FILHO, 2010, p. 738), ademais, se produz também em expressões de violência e violação dos direitos da vida como o homicídio e enfatiza-se também os ataques sexuais com intuito de punir e corrigir a sexualidade de lésbicas, bissexuais e homens transexuais “transformando-os” em “mulheres de verdade” – denominado de “estupro corretivo”.

O estupro corretivo consiste em uma violência sexual, suscitado pelo preconceito e demonização de expressões afetivo-sexuais que destoam do padrão relacional homem-mulher, com objetivos punitivos e de retificação da sexualidade. As vítimas dessa violação estão na faixa etária de 16 e 23 anos, sendo



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INVISIBILIDADE, PERCALÇOS E NUANCES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA
Marilene de Oliveira, Julia Bomfim Felipe dos Santos, Marta Calli Nascimento Ramos, Thelma Mary Araújo de Oliveira

lésbicas ou bissexuais. A “Estatística aponta que 6% das vítimas de estupro que procuraram o Disque 100 em 2012 são mulheres homossexuais vítimas de violência, em sua maioria de fundo sexual” (LBL, 2013), conferindo a essa porcentagem de estupro um viés de caráter corretivo, mencionando a internet como via para divulgação, incitação e até mesmo ensinamento dessa prática aos usuário, “E o é pelo fato de a sexualidade ser o nexa da relação entre gêneros e muito da opressão nascer, ser medida e se constituir a partir dela” (GREGORI, 2003, p. 104).

Sendo estes dados expressivos, porém, aquém da realidade social vivenciada, ecoa para um cenário de indefinição da natureza da violência contra homossexuais, encobrimento que contribui na subnotificação diante de tais violações. Em muitos dos casos de silenciamento frente tais situações fica subentendido a introjeção na própria vítima os vieses de medo, naturalização da violência como também a falta de conhecimento sobre os próprios direitos. As escassas informações sobre as violências sofridas pelas lésbicas, além de não corresponder à realidade emergente, reproduz o ocultamento, e que por sua vez, dificulta no reconhecimento da realidade e dificulta mobilizações na criação de políticas públicas na garantia de direitos e na reformulação das práticas voltadas para o grupo (FERREIRA; GONÇALVES, 2013).

Assim, computa-se diversos avanços socioculturais que possibilitaram a ampliação de espaços para discussão sobre a mulher, sexualidade e seus direitos, no entanto também se alerta, aqui, para carência e ineficiência aos atendimentos oferecidos às mulheres lésbicas, realizado por instituições e agentes com notáveis responsabilidades sociais e orientados para a promoção do bem-estar e cuidado (VALADÃO; GOMES, 2011).

Como posicionamentos fincados no padrão heterossexual geram despreparo e relutância ao olhar para as questões relacionadas a diversidade sexual, temos assim uma anulação externa e interna da existência lésbica, seja por parte da (o) profissional de saúde que limita suas práticas ao modelo vigente de modo e dificulta o reconhecimento da pluralidade sexual, ou por parte da mulher que ainda se esconde atrás da imagem heterossexual com receio do preconceito e outras atitudes que podem ser incitadas pela exposição da orientação sexual. “Toda a reflexão sobre a dominação simbólica da heteronormatividade pode iluminar a discussão da não visibilidade de lésbicas e de mulheres bissexuais no campo da saúde” (VALADÃO; GOMES, 2011, p. 1462). Logo, fica evidente a invisibilidade mais uma vez associada a um espaço de cegueira e que se somam às violações que se consolidam de forma simbólica e estrutural através da negligência, desrespeito ou mesmo desconhecimento dos direitos dessas mulheres.

É preciso que se desconstruam a eternização e a des-historicização da subordinação das mulheres nos mais diversos grupos societários, bem como na perspectiva da exclusão das lésbicas e de mulheres bissexuais, combatendo as invisibilidades institucionais que as acometem e as vulnerabilizam (VALADÃO; GOMES, 2011, p. 1452).

Tais atitudes impedem o acesso aos direitos e a criação de estratégias mais efetivas para prevenção de doenças, principalmente as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e a AIDS/HIV, além de também não serem alvos de muitas políticas de saúde, também têm dificuldade de acesso à informação e orientação de cuidados e proteção à saúde. Inadequadamente preparadas para a diversidade as políticas públicas se posicionam alheias às condições de vida dessas mulheres, dificultando



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INVISIBILIDADE, PERCALÇOS E NUANCES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA
Marilene de Oliveira, Julia Bomfim Felipe dos Santos, Marta Calli Nascimento Ramos, Thelma Mary Araújo de Oliveira

também na identificação e prevenção das situações de sofrimento psíquico no qual por muitas questões, as mulheres lésbicas estão fortemente sujeitas e que se tornam potenciais agravantes ao risco de depressão, estresse, isolamento e suicídio e outras formas de adoecimento mental (VALADÃO; GOMES, 2011).

Dessa forma, se os vazios enunciativos acerca do tema possuem um caráter produtivo, qual seja, espraiam-se e provocam ruídos na vida prática destas mulheres, há que se investigar como se delinearam as pontuais inserções da discussão no cenário nacional, [...], ao assinalar também os silêncios e o eco que produzem (CARVALHO; CALDERARO; SOUZA, 2013, p. 113).

Assim, sob um prisma de falsa visibilidade, a representação da mulher lésbica se dá de forma geralmente pejorativa e fetichizada, e um mesmo cenário que a expõe nessas condições, inviabiliza a afirmação da sexualidade e sua existência como legítima. A redução da condição humana e objetificação sexual influi em muitos aspectos constituidores e constituintes da relação destas pessoas como mulheres, mulheres lésbicas, e sobretudo, como seres humanos. Conforme Silva “[...] a cristalização de muitos dos conceitos de que o direito deveria estar a serviço dos homens, denominados os mais fortes, serviram para construir falsas ideias e moldar muitos dos preconceitos contra o sexo feminino” (2010, p. 561).

Deste modo, a flexibilização de espaços deve estar também atrelada à flexibilização das práticas profissionais e pessoais pois este processo requer um movimento de interiorização e exteriorização recíproco e ativamente recriador das realidades e existências, ou seja, o processamento e mudanças nas práticas socioprofissionais, cuja demanda suscita pela reelaboração mais crítica e reconstrutiva sobre a realidade que emerge, atentando-se para as especificidades próprias de cada grupo e de cada ser que a constitui (VALADÃO; GOMES, 2011).

Contudo, torna-se imprescindível aludir e ponderar sobre a estrutura e situações socioculturais das quais as mulheres lésbicas estão imbricadas, a fim de promover a reflexão sobre a diversidade e especificidade grupal e individual, promovendo a criação de mecanismos mais efetivos e que sejam capazes de contemplar e naturalizar a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O confinamento da lesbianidade ao modelo heteronormativo e simultaneamente objetificação do corpo e sexo lésbico, refletem concepções alimentadas por uma perspectiva de subordinação de toda existência da mulher ao homem, processo que implica a anulação da subjetividade e que reforça negligências e silenciamentos de fundamentais discussões sobre as vivências das mulheres lésbicas.

O presente trabalho buscou trazer algumas questões relacionadas à homossexualidade feminina, principalmente pelo plano da (in)visibilidade que a envolve. Sob esse entendimento e diante das consequências sociais e pessoais reais implicadas sobre a mulher lésbica é imprescindível a reflexão da naturalização dos discursos e dos conteúdos que se incultam sobre tais pessoas e suas experiências. De certo, é necessário questionar a produção de verdades sobre os sujeitos e seus impactos na produção das diferentes dimensões da vida.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INVISIBILIDADE, PERCALÇOS E NUANCES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA
Marilene de Oliveira, Julia Bomfim Felipe dos Santos, Marta Calil Nascimento Ramos, Thelma Mary Araújo de Oliveira

Apesar de todos os avanços, ainda se trata de uma luta que se perpetua na atualidade e que busca criar espaços para discussão, capazes de promover a ruptura do silêncio e da censura. Busca-se assim, por meio da participação coletiva o desenvolvimento de uma consciência mais crítica para as questões sociais, colocando todas e todos como agentes corresponsáveis e codependentes na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria Nacional de Cidadania. **Violência LGBT Fóbicas no Brasil: dados da violência**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, p. 79. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtfobicas-no-brasil-dados-da-violencia>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BORIS, G. D. J. B.; CESÍDIO, M. H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, v. VII, n. 2, set. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012. Acesso em: 05 fev. 2019.
- CARVALHO, C. S.; CALDERARO, F.; SOUZA, S. J. O Dispositivo “Saúde de mulheres lésbicas”: (in)visibilidade e direitos. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 13, n. 26, abr. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000100008. Acesso em: 06 fev. 2019.
- DIETER, C. T. **As raízes históricas da homossexualidade, os avanços no campo jurídico e o prisma constitucional**. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/img/artigos/As%20ra%C3%ADzes%20hist%C3%B3ricas%2012_04_2012.pdf. Acesso em: 25 jan. 2019.
- GREGORI, M. F. Relações de violência e erotismo. **Cadernos Pagu**, n. 20, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332003000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 fev. 2019.
- FERNANDES, M. O movimento das mulheres lésbicas feministas no Brasil. **Revista Cult**, jun. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-lesbicas-feministas-brasil/>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- FERREIRA, G. G.; GONÇALVES, E. F. M. Implicações da invisibilidade lésbica para a garantia de direitos e acesso a políticas: uma experiência do município de São Gonçalo – Rio de Janeiro. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Maranhão, ago. 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/implicacoesdainvisibilidadelesbicaparaagarantia.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- FLAUSINO, M. C. Mídia, sexualidade e identidade de gênero. **XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Salvador/BA, set. 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/7789680175130545946076454673496728979.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2019.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **LGBT em: Memórias da ditadura**. 2019. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/lgbt/index.html>. Acesso em: 19 fev. 2019.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

INVISIBILIDADE, PERCALÇOS E NUANCES DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA
Marilene de Oliveira, Julia Bomfim Felipe dos Santos, Marta Calil Nascimento Ramos, Thelma Mary Araújo de Oliveira

LBL. 'Estupro corretivo' vitimiza lésbicas e desafia poder público no Brasil. **Liga Brasileira de Lésbicas/RS**, Rio Grande do Sul, jun. 2013. Disponível em: <http://lblrs.blogspot.com/2013/06/estupro-corretivo-vitimiza-lesbicas-e.html>. Acesso em: 08 fev. 2019.

LIMA, B. M.; OLIVEIRA, A. N. M.; ROCHA, A. S. A erotização da mulher lésbica: a mídia *online* como produtora de realidades. **V Seminário Internacional enlaçando sexualidades**, set. 2017. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/resumo.php?idtrabalho=484>. Acesso em: 28 jan. 2019.

NETO, H. L. C.; BICALHO, R. A. Violência simbólica, lesbofobia e trabalho: um trabalho em Juiz de Fora. **HOLOS**, Juiz de Fora, v. IV, jul. 2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5871/pdf>. Acesso em: 01 fev. 2019.

OLIVEIRA, C. F. A homossexualidade feminina na história do Brasil: do esforço de construção de um objeto histórico ao desdobramento na construção da cidadania. **Les Online**, Lisboa, v. 7, n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/20169>. Acesso em: 27 jan. 2019.

PORNHUB. 2017 Year in Review. **PornHub Insights**, jan. 2018. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/2017-year-in-review>. Acesso em: 11 fev. 2019.

REIMOL, N. **A construção do gênero na educação infantil**: um estudo teórico. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdades Integradas Maria Thereza, Niterói, 2016.

SILVA, S. G. Preconceito e Discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 3, set. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300009. Acesso em: 4 fev. 2019.

SENALE. **Seminário Nacional de Lésbicas**. Maio 2014. Disponível em: <https://senale.wordpress.com/2014/05/12/seminario-nacional-de-lesbicas-senale/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

TOLEDO, L. G.; FILHO, F. S. T. Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, n. 3, ano 10, 2010. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/8910/6793. Acesso em: 04 fev. 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Grupos se organizaram para combater a opressão aos LGBTs na ditadura. **Jornal da USP**, n. 07, 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/tag/lgbt/>. Acesso em: 18 fev. 2019.

VALADÃO, R. C.; GOMES, R. A Homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, out. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312011000400015&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 12 fev. 19.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2013. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2016. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/571?show=full>. Acesso em: 5 fev. 2019.